

Falácias acadêmicas, 9: o mito do socialismo do século 21

Paulo Roberto de Almeida*

1. O que é o socialismo original e quais as suas definições básicas?

Começemos com um pouco de pesquisa quantitativa, que também serve para definições básicas. Utilizando o instrumento preferido de todos os estudantes da atualidade, o Google, vejamos quantos resultados temos para o vocábulo socialismo. Um alerta inicial: a despeito do que creem alguns, o Google não tem vieses ideológicos ou de qualquer outro tipo: seu modo de seleção é baseado unicamente no ‘sucesso’ relativo dos sites compilados, alinhados segundo o número de cliques, remetendo, portanto, unicamente às ‘preferências do consumidor’. O conceito foi, supostamente, inventado na França pré-revolucionária, quando ele era ainda ‘utópico’, o que recomendaria, portanto, começar a pesquisa pelo termo em Francês.

Pois bem, acessei o site da Google France (<http://www.google.fr/>), colocando a palavra em Francês e o resultado me pareceu extremamente parcimonioso, para a história de um movimento e de correntes doutrinárias mais do que bi-seculares: obtive exatamente 7 milhões e 580 mil resultados, magros em relação aos resultados em Inglês (ver adiante), mas isso reflete, obviamente, a dominação absoluta desta língua na internet e o relativo atraso dos franceses na competição pelos corações e mentes dos jovens da atualidade (socialistas ou não).

O que aparece antes de tudo é a definição da Wikipédia (com acento, em Francês): ela remete a um “sistema de organização social baseado sobre a propriedade coletiva (ou propriedade social) dos meios de produção, em oposição ao capitalismo” (cf.: http://fr.wikipedia.org/wiki/Paradis_socialiste). Logo em seguida, pela mesma Wikipédia, vem a indicação do grupo de intelectuais revolucionários (auto-dissolvido em 1967) *Socialisme ou barbarie*, descrito como uma organização de orientação marxista anti-stalinista (cf.: http://fr.wikipedia.org/wiki/Socialisme_ou_barbarie). Em terceiro lugar, aparece uma definição enciclopédica, na verdade o MSN Encarta (uma notória derivação educacional da capitalista Microsoft), que o define como um “conjunto de correntes doutrinárias que se opõem ao capitalismo e movimentos políticos cujo objetivo é colocar essas doutrinas em prática” (cf.: http://fr.encarta.msn.com/encyclopedia_761577990/socialisme.html).

Depois fui ao Google Deutschland (<http://www.google.de/>), na suposição de que o vocábulo alemão, por algum vínculo genético, poderia apresentar mais resultados. Frustração: deu menos ainda do que em Francês, apenas 4 milhões 390 mil itens, com a inefável Wikipedia na frente, em primeiro e segundo lugares (este para o ‘socialismo democrático’, que existe, a despeito do que possam pensar os céticos). Mas, em terceiro lugar, surge um periódico mensal, organizado em formato de fórum para o debate das questões mais importantes do socialismo (sim, o número corrente discute a ‘crise secular do capitalismo’, seriamente, se supõe). Apenas em sexto lugar vem um site do

* Doutor em Ciências Sociais, diplomata, autor de vários trabalhos sobre relações internacionais e política externa do Brasil.

Partido Comunista Alemão (ou o que restou dele), que começa por afirmar, também muito seriamente, que “Sozialismus ist eine Wissenschaft (o socialismo é uma ciência)” (cf. <http://www.dkp-darmstadt.de/service/was-ist-sozialismus.htm>).

Descontente com esses poucos milhões de sites e links para o estudo do socialismo, tive de recorrer ao Google capitalista, ou melhor, ao original americano (<http://www.google.com/>). Não se pode dizer que estejamos em falta de socialismo no mundo: em 23.05.2009 (mas pode ser que tenha aumentado desde então) apareceram exatamente 35,5 milhões de resultados em Inglês. Sim, em primeiro lugar vem a tão desprezada Wikipedia, cuja definição remete a “any one of various economic theories of economic organization advocating state or cooperative ownership and administration of the means of production and distribution of goods, and a society characterized by equal opportunities for all individuals with a more egalitarian method of compensation” (cf.: <http://en.wikipedia.org/wiki/Socialism>). A Enciclopédia Britannica vem em quarto lugar, cujo verbete, relativamente conciso, explica que se trata de uma “social and economic doctrine that calls for public rather than private ownership or control of property” e de um “system of social organization in which private property and the distribution of income are subject to social control”; o termo designa, também “the political movements aimed at putting that system into practice” (cf.: “socialism”; Encyclopædia Britannica Online. 23 May 2009 <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/551569/socialism>>).

Surpreendentemente, porém, para nossos espíritos incautos (mas totalmente compreensível num contexto capitalista, como é o da produção de conhecimento num sistema de mercado, no qual trabalha o Google), o terceiro verbete mais acessado – depois de uma definição banal de dicionário – está no site de uma organização decididamente capitalista e até mesmo libertária, que é a Library of Economics and Liberty. O autor do verbete é ninguém menos do que o conhecido autor de obras de vulgarização em economia e filosofia social, Robert Heilbroner, que começa seu ensaio por estas palavras devastadoras: “Socialism – defined as a centrally planned economy in which the government controls all means of production – was the tragic failure of the twentieth century. Born of a commitment to remedy the economic and moral defects of capitalism, it has far surpassed capitalism in both economic malfunction and moral cruelty” (cf.: Robert Heilbroner, “Socialism”, apresentado como um “socialist for most of his adult life”; In: *The Concise Encyclopedia of Economics*: <http://www.econlib.org/library/Enc/Socialism.html>).

Claro, nunca se deve descurar a imensa receptividade do socialismo na periferia e, desconfiado que ele pudesse ter mais sucesso nos países pouco capitalistas do que no centro do sistema, reorientei a minha pesquisa para o Google Brasil e para o Google em espanhol. E não é que ganhamos da França em popularidade?: pois a minha pesquisa no <http://www.google.com.br/> deu exatamente 7 milhões, 780 mil resultados, algo como 200 mil a mais do que na *vieille Gaulle*, a pátria de todas essas doutrinas e ainda hoje tradicional adepta de soluções estatizantes. Os links começam, obviamente, pela Wikipédia (também com acento, em Português), mas logo vão para sites voltados, todos eles, para a ‘educação’ – suapesquisa, mundoeducacao, brasilescola e outros do gênero – como para confirmar que nossos professores, pesquisadores, estudantes e outros navegadores de internet são todos eles simpáticos à idéia e aos princípios do socialismo. Isto é que é sucesso! O Brasil deve ser, junto com a França obviamente, uma das poucas

grandes economias capitalistas nas quais o marxismo é estudado seriamente nas universidades (e ninguém acha bizarro).

Resultados quase similares foram obtidos com o Google *en español* (<http://www.google.es/>), com precisos 7 milhões 660 mil retornos, situando-se, portanto, entre o Brasil e a França. Pouco crentes esses espanhóis e hispano-americanos, levando-se em conta que eles superam brasileiros e portugueses em pessoas: eles precisam de um pouco mais de socialismo neste novo século.

Bem, creio que isso basta em termos de números, tanto para mapear a incidência estatística do ‘velho’ socialismo nos instrumentos de busca à disposição dos estudantes, como para a obtenção de algumas definições de base, cuja síntese não preciso fazer, posto que dirigindo-me a um público de universitários interessados na matéria. Mais importante seria tentar mapear a frequência do conceito preferencial, o tal de ‘socialismo do século 21’. E o que nos revelam os instrumentos de busca?

2. Quais são as características do alegado socialismo do século 21 e em que medida ele difere do original?

Pois bem, aplicando os mesmos instrumentos de busca elementar, nas três principais línguas européias, os resultados não foram muito animadores: o comando “socialisme du XXIe siècle” deu magros 326 mil itens em Francês e o “Sozialismus des 21. Jahrhunderts” não rendeu mais do que 110 mil retornos, o que, francamente, é irrisório para uma ferramenta tão poderosa quanto o Google. Mas mesmo o “21st century socialism”, com toda a pletora de textos em Inglês, não deu mais do que 1,25 milhão de resultados, de cujo total se devem descontar as muitas e inevitáveis repetições (metade das quais, provavelmente, provocadas por certo governo, que insiste no conceito, tendo produzido até um bonito YouTube para divulgá-lo).

Bem, mais importante do que insistir nesses instrumentos genéricos de busca, seria ir direto à ferramenta supostamente utilizada por pesquisadores mais sérios, o Google Scholar. Aqui, nova decepção: aplicando-se o conceito estritamente (isto é, entre aspas, para circunscrever a busca apenas aos termos selecionados), tem-se, em tudo e por tudo, 40 magros resultados em Inglês e 20 em Francês. Mas, desta vez, o seu equivalente em Alemão revelou-se mais produtivo: o comando “Sozialismus des 21. Jahrhunderts” resultou em 57 retornos, verdade que mais da metade dedicados à “venezolanische sozialistische Revolution”. Considerando-se que o ideólogo-mor da revolução socialista na Venezuelana é, justamente, um acadêmico alemão, Heinz Dieterich, a incidência estatística parece explicar-se por si mesma.

Este intelectual, ou militante (à escolha), influenciou imensamente, como se sabe, os destinos da revolução venezuelana, sendo conhecido por diversos artigos a respeito e um livro básico, chamado, precisamente: *Der Sozialismus des 21. Jahrhunderts: Wirtschaft, Gesellschaft und Demokratie nach dem globalen Kapitalismus* (Berlim: Homilius, 2006). O resumo de suas idéias pode ser encontrado em vários links, bastando combinar seu nome com o conceito sobre o qual ele reivindica a paternidade, mas provavelmente não o *copyright* (ver, entre outras apresentações de suas idéias principais, esta matéria em espanhol: Entrevista a Heinz Dieterich, “En Venezuela se han creado condiciones para construir el Socialismo del Siglo XXI”, entrevista concedida a Cristina Marciano, *Aporrea*, 3.01.2007; <http://www.kaosenlared.net/noticia/entrevista-a-heinz-dieterich>). E não apenas ele: os irredutíveis gauleses também estão correndo atrás da novidade, e o líder mais

importante do novo partido anti-capitalista do país, Olivier Besancenot, acaba de escrever, com Daniel Bensaïd (outro velho conhecido dos iniciados), um livro revelador: *Prenons parti: Pour un socialisme du XXI^e siècle* (Paris: Mille et une Nuits, 2009). Atenção, interessados: a Amazon France anuncia a 15,20 euros, mas dá para comprar usado (já?!) por apenas 10 euros.

O que é mais curioso é que, enquanto o primeiro se vangloria de ter inventado o conceito e de ter definido os elementos principais do novo socialismo, os segundos pretendem ainda inventá-lo, o que, convenhamos, apresenta algumas dificuldades práticas. Ou ele ainda não existe, e se tal é o caso, seria preciso “inventá-lo”, ou pelo menos descrever sua arquitetura interna e externa e desenhar suas configurações principais; ou, então, ele já existe e esses franceses estão um pouco atrasados no palco da história. De fato, o capítulo principal do livro dos dois franceses mais lentos do que o militante alemão – denominado *Vers un Socialisme du XXI^e siècle*, ou seja, em direção de... – tenta ainda encontrar uma alternativa ao modo de produção capitalista: uma de suas seções pretende lutar “Pour une alternative économique”. Só podemos desejar sucesso na empreitada, esperando que ela de fato seja bem sucedida.

Mas uma primeira questão se coloca, como não deixou de observar um antigo conselheiro socialista do ex-primeiro ministro Lionel Jospin, em artigo recém publicado no mais prestigioso jornal francês: “Convertida em *leitmotiv*, essa fórmula [inventar o socialismo do século XXI] soa estranhamente. Com efeito, só se pode inventar o que não existe. Ora, o socialismo existe. Ele precedeu o marxismo e lhe sobreviveu. Ele luta para enquadrar e domar o capitalismo desde o nascimento deste último no século XIX [*sic*]. E, quaisquer que sejam suas novas características, o ‘socialismo do século XXI’ continuará, tanto em suas finalidades como em sua filosofia, muito próximo de seus antecessores dos dois séculos precedentes” (cf. Aquilino Morelle, “Le socialisme du XXI^e siècle, un réformisme radical”, *Le Monde*, Point de Vue, 24.05.09; http://www.lemonde.fr/opinions/article/2009/05/23/le-socialisme-du-xxie-siecle-un-reformisme-radical-par-aquilino-morelle_1197111_3232.html).

Vejam, em todo caso, quais seriam as características do novo socialismo do século 21, anunciadas estrepitosamente por um militante alemão, ainda no século 20, e buscadas afanosamente por outros militantes franceses já bem entrado o próprio século 21. Cabe, antes de tudo, oferecer alguns elementos constitutivos do ‘velho’ socialismo, de maneira a poder diferenciá-lo – ou inversamente – do seu émulo do século 21, supostamente inovador, inventivo, diferente, ou seja lá o que for. Com efeito, de nada vale apresentar algo como sendo novo, sem o seu diferencial.

Numa definição ‘rósea’, digamos assim, o movimento socialista busca a justiça social; condena as desigualdades sociais e a exploração do homem pelo homem – por definição capitalista, ainda que outros modos de produção também se organizassem dessa maneira; defende o progresso social e prega a construção de uma sociedade igualitária, sem classes sociais. Esta é a sua versão democrática, numa caracterização civilizada do socialismo. Em sua definição leninista, clássica por assim dizer, o socialismo visa à eliminação do modo de produção capitalista, pela derrubada violenta do Estado burguês – por definição colocado a serviço das classes dominantes e exploradoras – com a implantação temporária de uma ditadura do proletariado que, uma vez construído o socialismo e estabelecidas as bases da sociedade comunista, poderá caminhar para o seu desaparecimento, assim como do próprio Estado, posto que todas as classes sociais

terão sido fundidas numa mesma coletividade de trabalhadores, que se organizarão segundo o princípio marxiano: ‘de cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades’. Corrijam-me os marxistas, velhos ou novos, róseos ou leninistas, se estou errado. Mas acredito ter apresentado o essencial das duas doutrinas principais do socialismo do século 20: a reformista, quase sem dentes, domada pelo capitalismo; e a mais truculenta, identificada com a III Internacional e os partidos comunistas alinhados a Moscou, quando esta ainda era a Meca do socialismo revolucionário.

Quaisquer que sejam as qualificações que possam se feitas em relação às definições apresentadas acima, acredito que elas reproduzem razoavelmente bem a história do movimento socialista e comunista no século passado: os reformistas, de um lado, ajudaram a administrar o capitalismo, introduzindo pequenos avanços nas relações de trabalho e nos benefícios coletivos – geralmente via taxaço progressiva e políticas setoriais, sempre por maioria parlamentar e, em todo caso, nos quadros da economia de mercado; as opções dos revolucionários, por sua vez, conheceram destinos diversos nos diversos países que tentaram a via ‘soviética’ de planejamento centralizado, com conseqüências trágicas a cada vez, algumas mais mortíferas que outras, mas todas elas muito penosas em termos de liberdades individuais e de bem-estar social. E, quaisquer que sejam as opiniões dos órfãos do socialismo real sobre os méritos relativos do socialismo reformista sobre o seu primo leninista, é evidente que eles não pretendem mais ser identificados com os terríveis crimes deste último, daí, justamente, essa invenção genial que se chama ‘socialismo do século 21’.

Pois bem, em que consistiria, então esse novo produto no supermercado dos sistemas econômicos e políticos da história, esse novo animal na fauna já variada de regimes produtivos e modos de organização política à disposição dos domadores interessados? Segundo seu inventor presumido, que se vangloria de tê-lo posto em circulação em 1996 e de vê-lo já bastante disseminado a partir de 2001, o novo socialismo representaria, simplesmente, um sistema “no qual as maiorias tenham o maior grau de decisão historicamente possível nas instituições econômicas, políticas, culturais e militares, que regem suas vidas” (cf. entrevista supracitada). Dito assim parece pouco, e em nada diferente de um sistema democrático participativo, como são as sociais-democracias, em geral, e, de fato, todos os regimes democráticos modernos.

Mas, o ideólogo em questão avança um pouco mais em suas definições. Ele recusa, em primeiro lugar, que tenham havido sociedades socialistas em todo o período que se estende da Revolução francesa aos nossos dias, e isso com base no que ele acredita terem sido os parâmetros que utilizavam Marx e Engels: economia do valor [que se supõe seja a teoria do valor trabalho] e democracia participativa. Em suas palavras, “sob esses critérios não houve nenhuma sociedade socialista desde a Revolução francesa, ainda que, sim, muitas tentativas heróicas e trágicas de lográ-la”.

Bem, e o que ele propõe, exatamente, como ‘socialismo do século 21’, que ele acredita estar sendo construído na Venezuela atualmente? Perguntado sobre qual seria o passo decisivo que teria de dar o Presidente Chávez para chegar ao ‘socialismo do século 21 na Venezuela, ele responde: “São dois: 1) substituir gradualmente o princípio regulador da economia de mercado, o preço, pelo princípio regulador da economia socialista, o valor, entendido este como os insumos de tempo (*time inputs*) necessários para a geração de um produto; 2) avançar a participação econômica de cidadãos e

trabalhadores em três níveis: 1. no macroeconômico (por exemplo, o orçamento nacional); 2. no mesoeconômico (município) e, 3. no microeconômico (empresa).” Este parece ser o cerne de sua genial invenção, salvo melhor juízo...

O segundo passo até parece algo muito simples, nada de muito diferente de uma democracia ampliada, com amplas consultas populares, um pouco como nos cantões rurais da Suíça, digamos assim, ainda que as empresas helvéticas (de qualquer tipo) permaneçam irredutivelmente privadas. Já o primeiro passo, o da teoria do valor (trabalho) como substituta do valor capitalista (o preço), trata-se, sem dúvida alguma, de um verdadeiro ovo de Colombo, que deve merecer toda a nossa atenção.

3. Quão novo é, de fato, o socialismo do século 21 e quais suas chances de dar certo, onde o velho fracassou miseravelmente?

Vejamos, em primeiro lugar, o passo dois – não confundir com o *paso doble*, uma antiga dança de salão, inspirada nas touradas da Espanha e disseminada no sul da França e no mundo latino na primeira metade do século 20 –, pois ele parece mais simples de ser analisado e diagnosticado.

A participação cidadã na formulação e execução orçamentárias vem sendo tentada em diversos experimentos ditos progressistas, com resultados muito variados e de toda forma não conclusivos, em todos eles. Nas ‘democracias burguesas’, essa participação se dá através do corpo representativo no parlamento, eleito justamente para isso, geralmente em bases proporcionais (puras, distritais majoritárias ou num misto de ambas), através de um complexo processo negociador que envolve vários ministérios setoriais, os órgãos de planejamento orçamentário e a eventual intromissão de lobbies – legais ou não – e do qual emerge uma peça legal que serve de base para o essencial das atividades do Executivo num ano-calendário (quase sempre identificado com o ano fiscal). Nos países mais sérios, não existe essa ‘teoria da jabuticaba’ de orçamento ‘autorizativo’, a partir do qual o Executivo faz o que quer em termos de execução orçamentária: contingenciamentos, retenções, e outras invenções surrealistas que caracterizam o cenário político brasileiro. O orçamento, neles, é obrigatório, ponto final (se o Executivo quiser mudá-lo, tem de enviar novo pedido ao Parlamento para reordenar os recursos e as despesas da peça orçamentária).

Não existe nenhuma evidência concreta de que o chamado “orçamento participativo” seja qualitativamente superior aos orçamentos tradicionais, feitos em âmbito exclusivamente parlamentar, nos níveis federal, provincial (ou estadual) e municipal, podendo até haver um pressuposto lógico de que eles sejam piores, em sua definição ou execução (ou ambos). Com efeito, sendo as necessidades e os desejos humanos e sociais propriamente infinitos, ou pelo menos extensíssimos, e sendo os recursos financeiros escassos, por definição, é evidente que nem todas as demandas coletivas, por mais urgentes que sejam, poderão ser atendidas. Há, portanto, o sério risco, de que determinados projetos ou sejam postergados – como, aliás, sempre ocorre na via tradicional – ou de que eles sejam implementados de qualquer modo, por simples rendição ao populismo eleitoral, sem que a alternativa mais racional – que resultaria de longas e complexas avaliações técnicas, impossíveis de serem avaliadas numa ‘assembléia popular’ – seja levada em conta, num ambiente de ‘pressões populares’, sempre difíceis de serem recusadas pela própria natureza do mercado político eleitoral.

Quer queiram, quer não os partidários do orçamento participativo, qualquer peça orçamentária envolve uma definição de prioridades – não apenas entre usos alternativos

dos recursos fiscais disponíveis, mas também no que concerne sua utilização eventualmente prolongada no tempo – que se acomoda mal com as demandas imediatas e urgentes de quaisquer setores desfavorecidos da população, geralmente propensos a solicitar obras imediatas e parcialmente corretivas dos problemas detectados, em detrimento de um planejamento em escala macro que recomendaria outras soluções de maior bem-estar coletivo, como energia e transportes, por exemplo (ainda que diferidas em sua implementação final).

No que se refere, em particular, à experiência da Venezuela, não existe, justamente, nenhuma evidência de que tais procedimentos estejam sendo adotados, à falta de maiores dados sobre a execução do orçamento nacional, excessivamente concentrado na presidência, ou discutido num parlamento que parece inteiramente submisso à vontade do presidente. Sendo a companhia estatal de petróleo PDVSA a principal provedora de recursos para o Estado – e a maior fonte de divisas para as importações nacionais –, cabe recordar que essa companhia não publica balanços há vários anos e que o orçamento do Estado compõe-se de várias rubricas não transparentes, de uso discricionário pelo presidente, sem qualquer publicação oficial de números fiáveis (nem a Cepal, nem os organismos econômicos multilaterais vêm tendo condições de avaliar objetivamente a economia venezuelana, precisamente por falta de estatísticas completas sobre vários índices macroeconômicos e setoriais).

Quanto ao segundo ponto, participação ‘mesoeconômica’, no município, de fato se trata de saudável disposição democrática, pois como costumava dizer um político democristão de saudável memória anti-corruptora (Franco Montoro), a população não vive nem na federação, nem no estado, mas no município, daí o interesse na descentralização mais ampla possível do maior número de iniciativas e execuções do poder público. Quanto a isso, duas observações podem ser feitas, uma em relação ao Brasil, a outra em relação à Venezuela. Dos mais de 5.500 municípios criados no Brasil – grande parte nos últimos vinte anos, por pura pressão de políticos profissionais, quase todos sem geração de receitas próprias – mais da metade vive de transferências federais, sendo que boa parte dos recursos acaba sendo consumida em gastos correntes: pessoal ou o próprio funcionamento da prefeitura e da câmara de vereadores, com os salários que se conhecem, em causa própria. Aparentemente, a população brasileira, mesmo a de grandes cidades, com grande fração de cidadãos educados, não vem sendo capaz de exercer seu poder ‘mesoeconômico’, não sendo de surpreender o que ocorre nos pequenos municípios, de população carente e escasso nível educacional. Quanto à Venezuela, os elementos de informação de que se dispõe indicam, contrariamente ao que poderia esperar o ideólogo alemão, que está em curso uma inédita concentração de poderes no âmbito da presidência da República e de órgãos auxiliares criados de forma *ad hoc* – conselhos populares – fortemente influenciados, ou totalmente dominados, pelo partido do presidente. Difícil falar, assim, de ampliação da democracia naquele país, inclusive porque a eleição de políticos de oposição em determinados estados e municípios – como é o caso da própria capital, Caracas – redundou no esvaziamento do poder político local e sua transferência para a esfera federal, mais exatamente para o palácio presidencial.

No que se refere, finalmente, ao item três do passo dois, a participação dos trabalhadores no nível microeconômico, ou seja, nas empresas, as experiências internacionais indicam resultados ambíguos, em todos os casos, e algumas reversões em determinadas circunstâncias. As experiências mais avançadas nesse âmbito, nos casos

das economias ‘sociais de mercado’ da Alemanha e dos países escandinavos, não passaram de interação sindical entre os diretores da empresa e os comitês sindicais – em alguns casos com envolvimento da categoria sindical mais ampla – para algumas definições estritamente laborais e de organização do trabalho, e de participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, o que vem sendo obtido em diversas economias capitalistas, sem qualquer prenúncio de que isso constitua uma etapa para a construção do ‘socialismo do século 21’ nesses países.

Recentemente, inclusive, com a erosão dos ganhos de produtividade em vários países europeus, diversos ‘direitos’ dos trabalhadores foram sendo limitados, em função da própria sobrevivência do emprego setorial em economias de altos custos laborais como é o caso da maior parte desses países. Não existem, por outro lado, informações fiáveis de que o poder sindical esteja sendo reforçado na Venezuela; ao contrário: o governo federal vem ‘dialogando’ diretamente com os trabalhadores, seja ao aumentar rapidamente os salários, numa economia crescentemente inflacionária, seja ao determinar de maneira não negociada a redução da jornada de trabalho em todos os ramos da economia, independentemente das características setoriais e dos níveis de produtividade de cada um deles, o que pode agravar o desemprego.

Ou seja, até aqui, não se vê muito bem, em quê, exatamente, o novo socialismo prometido pelo ideólogo alemão se distingue do capitalismo avançado e das democracias de massa e como, especialmente, a Venezuela está implementando o que parece ser um conjunto de melhorias parciais da condição democrática naquele país, inclusive porque uma avaliação independente dos progressos alcançados vem se tornando objetivamente impossível, pela falta de dados concretos sobre a situação das contas nacionais e dos principais indicadores setoriais. A hiperconcentração de poderes nas mãos do Executivo – de fato nas mãos do presidente atual – guarda uma estranha relação com os conceitos tradicionais de democracia, baseados na divisão dos poderes, na existência de controles sobre o uso dos recursos públicos, na transparência de dados essenciais ao funcionamento de uma economia complexa e no debate contraditório entre os diferentes setores da opinião pública, geralmente mediados pelo parlamento ou assegurados pelo funcionamento de uma justiça independente.

Estas condições e pressupostos dos regimes democráticos ‘normais’ parecem longe de estarem sendo atendidos na Venezuela atual, o que quer que digam os promotores do “poder popular”, crescentemente dispostos, aparentemente, a silenciar ou asfixiar aquilo que se designa por “veículos de comunicação da oligarquia golpista”. Ao contrário: quem quer que conheça a história dos fascismos europeus na primeira metade do século 20, ou a própria ‘construção do socialismo’ na União Soviética dos anos 1920 – ou seja, o caminho para o *Stato totale* na Itália de Mussolini, a atribuição de plenos poderes ao novo chanceler Hitler, na Alemanha, logo convertido em Führer, e a transformação da suposta ‘república dos soviets de operários e camponeses’ em ditadura do partido comunista na URSS de Lênin e de Stalin – não pode deixar de ficar chocado pela enorme semelhança de procedimentos e de intenções entre as medidas de concentração de poderes tomadas por aqueles ditadores e as iniciativas agressivas do líder venezuelano no sentido de ‘empolgar’ e dominar todas as instâncias de poder político e econômico no país caribenho.

O mais surpreendente é que diversos expoentes da suposta esquerda ‘antifascista’ não se tenham dado conta dessas similitudes de forma e de substância entre esses processos

históricos e não tenham traçado paralelos entre experiências e procedimentos que em nada se diferenciam, a não ser por um discurso alegadamente anti-imperialista (ou anti-americano), que na verdade existia também nos casos precedentes, mas geralmente dirigido contra o velho imperialismo britânico (as diatribes contra o imperialismo americano surgiram, com maior intensidade, depois da Segunda Guerra Mundial). A falta de discernimento da esquerda marxista pode se explicar de duas formas: cegueira, talvez, ou então, estupidez política, mesmo...

4. Do socialismo mais eletricidade do século 20 para o socialismo mais informática do século 21: alguma inovação genial?

Um dos aspectos mais curiosos da construção inicial do socialismo na União Soviética era a dupla admiração de Lênin pelos procedimentos industriais de Henry Ford – um homem também imensamente admirado por Hitler, mas por seu anti-semitismo doentio e obsessivo – e pelo poder aparentemente mágico da eletricidade, algo ainda raro nas imensas extensões rurais da Rússia pré-bolchevique. Conseqüentemente, Lênin pretendeu impulsionar os métodos fordistas nas fábricas nacionalizadas pelo novo poder soviético e considerava, ingenuamente, que a simples introdução em larga escala da eletrificação, em todos os setores produtivos da economia socialista, seria capaz de lançar decisivamente o país no caminho do comunismo. Não é preciso dizer que o estilo ‘chaplinesco’ de trabalho, sob o comando de Stalin, logo converteu-se num dos mais acabados sistemas escravocratas da era contemporânea, e que a eletrificação efetivamente alcançada em quase todas as indústrias soviéticas – menos as do Gulag, onde a mão-de-obra era bem mais ‘barata’ – esteve longe de impulsionar tremendamente as forças produtivas na direção do almejado comunismo.

Pois bem, o que pretende agora o ideólogo do ‘socialismo do século 21’ na Venezuela e, por extensão, em outros países tocados pelo poder mágico de sua fórmula inovadora para passar do capitalismo a um modo superior de produção? Pode parecer incrível, mas ele se prepara para cometer os mesmos erros que enterraram o socialismo do século 20 e que representam um dos mais trágicos equívocos embutidos na suposta ‘economia política marxista’, qual seja, a ‘superação’ da valoração de mercado – através dos preços – por uma fantasmagórica ‘contabilidade socialista’, baseada no valor (que se supõe seja a teoria do valor trabalho, recuperada erroneamente por Marx dos economistas ‘clássicos’, como Smith e Ricardo). E como ele pretende fazer isso? Por meio de um novo poder, o cibernético, ou informático, convertido no equivalente da eletricidade leninista para a construção do novo paraíso socialista. Basta substituir a eletricidade por um software e estamos prontos para embarcar na nave espacial do socialismo do século 21 (quem sabe mais além?).

Nas próprias palavras de Heinz Dieterich, quando perguntado qual seria, então, o passo decisivo do presidente [venezuelano], ele responde, candidamente: “Não é a estatização generalizada da propriedade privada, porque ela não resolve o problema cibernético do mercado [*sic*]. Não o fez no passado e não o faria hoje. O socialismo hoje em dia é essencialmente um problema de complexidade informática [*resic*]. Daí, que o passo transcendental consiste em estabelecer uma contabilidade socialista (valor) ao lado da contabilidade capitalista (preço), no Estado, na PDVSA, e nas cooperativas, a fim de construir um circuito econômico produtivo e de circulação paralela ao da economia de mercado capitalista [*tresic*]. A economia das entidades estais e sociais pode deslocar-se passo a passo em direção à economia do valor e ganhar terreno sobre o circuito da

reprodução capitalista, até substituí-la no futuro [*quadrismic*]. Dado que as escalas de valorização pelos preços, valores e também volumes, são comensuráveis, não ocorrerão rupturas nos intercâmbios econômicos que poderiam causar um problema político para o governo [*otimista sic*]. Em tudo isso, desempenham um papel importante o Estado e as majorias [sociais], mas hoje em dia ambas estão majoritariamente com o projeto do Presidente [Chávez]” (cf. Entrevista, op. cit.; <http://www.kaosenlared.net/noticia/entrevista-a-heinz-dieterich>).

Esse genial inventor de um ‘socialismo do século 21’ – cujas propostas têm um certo sabor de ‘revolução na ciência econômica’, desta vez sugeridas por um êmulo de Friedrich Engels contra algum fantasma de Eugen Dühring, surpreendido pelo furor da crítica à crítica ao socialismo marxista – parece ter descoberto a pólvora da nova economia socialista, um verdadeiro ovo de Colombo, que basta forçar um pouco numa das extremidades, para que ele se sustente gloriosamente de pé. Ele talvez merecesse um Prêmio IgNobel de Ciência Econômica, se não fosse pela completa falta de originalidade de sua teoria do valor. Se não vejamos.

A teoria do valor trabalho, como se sabe, é um dos pilares fundamentais da teoria marxiana da economia, embora não tenha sido inventada por Marx, nem era admitida unicamente por ele como um dos possíveis instrumentos para a mensuração do valor de uma mercadoria. Adam Smith e David Ricardo flertaram com ela em suas obras respectivas, mas nunca chegaram fazer dela o instrumento essencial da definição do valor de mercado de um bem manufaturado. Para Marx, totalmente equivocado nesse particular, mas agora ressuscitado pelo novo sábio alemão, o valor de uma mercadoria qualquer pode ser aferido objetivamente pelo número de horas requeridas para produzir aquela mercadoria: se para produzir um quilo de pão se requer o dobro do tempo necessário para produzir um quilo de merengues, então o pão deve valer o dobro dos merengues, independentemente dos insumos inseridos em cada mercadoria. Daí ele extraiu a sua famosa teoria da mais-valia, como sendo a base de sua explicação sobre a natureza da exploração capitalista, a verdadeira essência do processo de produção capitalista e, obviamente, da extração de capital do trabalhador pelo capitalista, a partir da apropriação do sobre-trabalho daquele por este último.

Enfim, acreditam nessa fábula pretensamente econômica apenas aqueles que se deixam cegar pela ‘imoralidade’ da exploração capitalista e pretendem libertar os trabalhadores industriais das novas galeras da grande indústria capitalista. Para todos os efeitos, a teoria do valor trabalho não possui nenhuma viabilidade teórica ou validade prática para aferir o que quer que seja no processo de produção de mercadorias, em qualquer regime industrial imaginável nos séculos passados e nos que ainda vão vir. As leis da oferta e da procura em seus sempre mutáveis pontos de encontro, combinadas à escassez relativa dos insumos e dos meios de produção – cuja aferição é dada pelos preços de mercado – determinam o valor (de mercado, obviamente) de qualquer mercadoria imaginável, menos, é claro, aquelas que serão fabricadas nas novas empresas do ‘socialismo do século 21’ do novo sábio alemão, conselheiro eventual de algum príncipe tropical.

E o que pretende esse cérebro genial da nova economia política do século 21? Simplesmente substituir o mecanismo dos preços de mercado, vulgarmente capitalista, pela nova contabilidade socialista, uma espécie de Gosplan informatizado, no lugar das velhas máquinas de calcular elétricas dos funcionários do ministério soviético do planejamento e do seu comitê de preços, supostamente capaz de determinar o preço

exato de 24 milhões de mercadorias e insumos intermediários oferecidos no não-mercado socialista (bem, nem tanto assim: talvez o socialismo ainda não tivesse alcançado o capitalismo em diversidade de bens ‘supérfluos’).

Mas, deixemo-lo expressar suas idéias com suas próprias palavras: “Gerar o circuito paralelo da economia do valor seria relativamente fácil [*sic*], porque os valores existem de forma subjacente na atual contabilidade capitalista [*resic*]. De tal maneira, que com o desenvolvimento de um software apropriado [*tresic*] seria muito fácil estabelecer esse circuito econômico socialista ao lado do [circuito] capitalista [*quadrisic*]. Sem esta passagem à economia da equivalência [???], não há possibilidade de se ter uma economia socialista” (op. cit.).

Existe aqui não apenas uma insuperável contradição econômica, mas também um enorme absurdo conceitual. Se algum economista prático, isto é, de alguma empresa capitalista ou dedicado à economia aplicada – bem, acho que podemos estabelecer uma ‘licença poética’ para alguns economistas acadêmicos, pois eles têm direito à sua quota de loucuras – concordar em que “os valores existem de forma subjacente na atual contabilidade capitalista”, ele poderia ser, no mínimo, despedido por incompetente, e, no limite, internado por insanidade econômica grave. Se esse economista ainda achar que basta um software para traçar uma lei de equivalência – seja lá o que isso queira dizer – entre a produção capitalista e a socialista, então é o caso de se receitar eletro choques e doses dobradas de antidepressivo.

Enfim, acho que um economista desses nunca seria contratado por uma empresa capitalista, nem se aproximaria de algum instituto sério de pesquisa econômica aplicada – bem, sempre pode ter algum instituto por aí, desprevenido – e teria, portanto, uma capacidade muito limitada de perpetrar alguma maldade econômica, a menos que ele esteja a serviço de algum príncipe bizarro. Se as suas ‘teorias’ fossem aceitas como fundamento de alguma NEP tropical, uma nova economia política a serviço do socialismo de qualquer século, passado, presente ou futuro, então, a sua capacidade de arrasar com a economia nacional seria devastadora.

Esse teórico do novo socialismo nunca deve ter lido as críticas de Ludwig von Mises e de Friedrich Hayek a propósito do velho socialismo, o primeiro dos quais publicou, há quase 90 anos – num momento, portanto, em que o socialismo ainda nem existia como realidade prática – uma crítica, aí sim, devastadora dos ‘fundamentos’ econômicos do sistema que Lênin pensava implantar na Rússia soviética. Mises, seja pela lógica formal, seja pela simples análise econômica do mecanismo de preços como sinalizador da raridade relativa dos bens de mercado – insumos, meios de produção ou mercadorias – afirmou que um sistema socialista não apenas não conseguiria funcionar, como seria impossível de ser administrado racionalmente.

O fato de que um sistema socialista ‘funcionou’ durante setenta anos, a despeito das advertências de Mises e Hayek, não prova que um elefante consegue voar; prova apenas que, sob condições de escravidão humana ou com imenso desperdício de recursos, ‘milagres’ podem ser realizados, ainda que com prazos de validade limitados. O que ocorreu na União Soviética durante a fase do stalinismo triunfante ou na China do maoísmo delirante demonstram que a vontade humana pode ser dobrada até o limite da sobrevivência física, e que em condições de “oferta ilimitada de mão-de-obra” – como diria um famoso economista do desenvolvimento – as piores aberrações econômicas podem ser perpetradas durante certo tempo.

Quando se tem, por exemplo, uma oferta ilimitada de recursos – derivada, digamos, do aumento extraordinário dos preços do petróleo – podem-se cometer as piores loucuras econômicas: mandar plantar bananas no Pólo Norte, digamos, seria uma delas, (com aquecedores a diesel, muito adubo trazido do exterior e a vigilância de um exército de esquimós treinados para essa finalidade, logo teríamos uma bela plantação de bananas acima do círculo polar). Enquanto o dinheiro não for um limitador ‘capitalista’, dá para sustentar indústrias ineficientes, mercadorias altamente subsidiadas para ‘abastecer’ o povo e trabalhadores pagos acima do seu valor de mercado – não, não perguntem ao ‘economista’ desse sistema qual é esse valor de mercado, que ele só saberia balbuciar umas bobagens em torno do Programa de Gotha. Quando os recursos encontrarem o seu limite físico, pode-se também emitir papel moeda sem valor, o que muitos governos fazem de forma recorrente.

Mas, em algum momento, a dura realidade da vida econômica vai bater às portas do economista oficial, e ele será obrigado a se dobrar às leis do mercado (bem, estou também supondo que um súbito ataque de lucidez levará o seu príncipe a demiti-lo antes da débâcle final). Mesmo não considerando o terrível preço da falta de liberdade econômica – e política, que geralmente vem junto – um sistema como esse proposto pelo ‘genial’ inventor do ‘socialismo do século 21’ é propriamente insustentável no médio e longo prazo, em condições normais de temperatura e pressão. Com uma ‘vaca petrolífera’ à disposição, é possível alimentar a população durante certo tempo, mas as pessoas vão certamente se cansar, um dia, dos mesmos produtos sem muita sofisticação. E as vacas, um dia, ficam sem leite...

5. A história se repete? Talvez, mas não precisaria ser como tragédia...

Pode parecer incrível, com efeito, que, depois de todos os desastres econômicos, políticos e humanos, do socialismo no século 20 – sim, porque no século 19 não houve nenhum experimento desse tipo, apenas teorias, e no século 18 ele ainda era ‘utópico’ –, alguém ainda pretenda retomar o mesmo festival de bobagens econômicas que levou tantos países ao desastre e à desesperança.

Parece que foi Marx, justamente, quem alertou para a repetição da história, mas desta vez o inverso é que se apresenta. De fato, algumas repetições de experimentos passados de engenharia social redundaram em terríveis tragédias para os seus povos: basta lembrar os ‘campos da morte’, no Sudeste asiático, no final dos anos 1970, ou na lenta morte por inanição de toda uma população num canto recuado da mesma Ásia. Mesmo na América Latina, as tentativas de ‘*senderos* luminosos’ ou de construção do ‘homem novo’ estão longe de terem sido farsas históricas, cobrando um preço terrível sobre populações inteiras.

Economistas ‘iluminados’ e líderes ‘salvacionistas’ são duas pragas que acometem de maneira recorrente países insuficientemente desenvolvidos nos planos da economia de mercado ou de um sistema político minimamente democrático. A única maneira de escapar dessas pragas é através da educação econômica e do esclarecimento político da maior parte da população, mas esse pode ser um processo factível apenas no médio e longo prazo, o que é compreensível quando se observa, historicamente, o lento desenvolvimento das sociedades humanas em direção a patamares mais avançados de instrução elementar e, depois, mediana.

O que é mais preocupante, em contrapartida, é ver quantos membros da academia, supostamente pessoas esclarecidas e bem informadas, se deixam seduzir por falácias do

tipo que estamos examinando nesta série. Está certo que todos nós nascemos ‘zero quilometro’, ou seja, igualmente ignorantes, e que nossa educação (política e econômica) precisa ser retomada a cada geração e a cada novo indivíduo. Mas também é certo que o estoque de conhecimentos científicos acumulados desde centenas de anos pela humanidade encontra-se hoje livremente disponível nos sistemas informatizados que o ‘economista maluco’ pretendia ter como a base da nova economia socialista: não custa nada tomar conhecimento das experiências passadas e evitar a repetição das mesmas falácias de cem ou duzentos anos atrás. É uma simples questão de bom senso.

Até a próxima falácia...